

Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper35.pdf>

AS TEORIAS URBANAS E O PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

Roberto Luís Monte-Mór

A emergência teórica e a relevância da questão urbana no mundo contemporâneo podem ser tomadas como quase consenso. Expressam a inevitabilidade da centralidade do fato urbano, quando as redes de informação e de articulação da economia capitalista ganham dimensão global têm nas cidades seu principal espaço de comando. Ao mesmo tempo expressa a escala local, da cidade e das referências sócio-espaciais, presentes e fortalecidas em qualquer escala de vida ampliada e sempre localizada.

A rede urbana que articula a economia, a sociedade e o espaço-tempo globalizado organiza também territórios de amplitudes várias, do micro-regional ao continental. As relações metrópole-satélites, que inspiraram interpretações sobre o subdesenvolvimento e as relações internacionais, ganham hoje uma imensa complexidade diante da dimensão multiescalar, fragmentada e mutável (caleidoscópica, portanto) sob o comando do capital financeiro, particularmente na periferia do capitalismo, no mundo subdesenvolvido. As teorias que tentaram explicar a transformação, o crescimento, o sentido e a função da cidade para informar seus melhoramentos e/ou planejamento, tiveram grande importância nas intervenções feitas, tanto pelo Estado quanto pela sociedade em várias manifestações. Essas teorias, pensadas nos países do centro capitalista e apropriadas na periferia, muitas vezes representam “idéias fora do lugar” aplicadas em áreas seletivas e deixando grande parte das cidades como “lugares fora das idéias” (Maricato, 2000).

Por outro lado, é nas cidades (e no campo, com articulação nas cidades) que se construíram as forças sócio-culturais, econômicas e políticas que formaram o Brasil, produziram seu espaço urbano-regional e ainda o fazem. Das cidades coloniais às metrópoles atuais, os referenciais teóricos foram sendo redefinidos, adaptados, recriados para explicar processos sócio-espaciais e informar projetos políticos de classes e grupos de interesse, dentro e fora do Estado. De outra parte, os “lugares fora das idéias”, nas suas diversas escalas das cidades ao espaço (incompletamente) urbanizado dos nossos dias, realimentam também os modos de ver a produção do espaço urbano e regional no Brasil e forjando assim nosso planejamento urbano e regional, na relação dialética entre as teorias advindas do capitalismo avançado e sua releitura entre nós.

Antecedentes: o urbanismo científico e as teorias sociais da cidade

As intervenções urbanas com pretensões científicas se iniciaram ao final do século XIX nas grandes metrópoles europeias, com desdobramentos nas colônias e excolônias no resto do mundo. A crise da metrópole industrial espelhava, de fato, a crise da transformação da sociedade burguesa capitalista que trouxe para o centro do poder a classe trabalhadora provocando um enorme crescimento e expansão daquelas metrópoles.

O caso de Barcelona é dos mais conhecidos e importantes. O engenheiro urbanista Ildefons Cerdà projetou a extensão da cidade para além das muralhas, demolidas em 1854 – o Eixample, projeto arrojado na infra-estrutura sanitária, no sistema viário e no desenho de quarteirões integrados ao espaço urbano em praças internas. Treze anos depois, Cerdà publicou sua Teoria Geral da Urbanização onde consolidou os princípios técnicos da engenharia urbana que informaram por décadas os melhoramentos nas grandes cidades do mundo no início do século XX.

Entretanto, o caso mais emblemático e que influenciou todo o mundo ocidental e suas colônias, é a famosa experiência do Barão Georges-Eugène Haussmann, em Paris, administrador do Sena entre 1853 e 1869, que projetou e implantou o que é considerado o primeiro plano regulador para uma metrópole moderna. Haussmann se apoiou, de um lado, nos trabalhos de engenharia urbana desenvolvidos desde o início do século na Escola Politécnica e que se fortaleceram enormemente a partir da Revolução de 1848 e de outro, na força política e no interesse de Napoleão III, tão engajado no processo que a ele muitas vezes tem sido atribuída a autoria do esquema geral de racionalidade urbanística imposto a Paris, demolindo e construindo milhares de casas, implantando infra-estrutura e parques, abrindo grandes avenidas e dando à área central da cidade o sentido majestoso e a organização administrativa em vinte arrondissements que perdura até hoje.

Visto de hoje, o plano Haussmann expressou a forte intervenção do Estado sobre a parte central de uma metrópole industrial em intensa transformação, que chegou a 1870 com cerca de dois milhões de habitantes. À época, seu caráter autoritário e até arbitrário foi criticado por liberais, intelectuais e artistas por sua rigidez e pela destruição de áreas tradicionais da cidade. O plano, majestoso nos seus bulevares, avenidas e parques, não se articulava diretamente com a arquitetura grandiosa da cidade, rompendo assim com a compreensão urbano-arquitetônica unificada da cidade barroca que a antecedeu nas artes urbanas. Incorporava as preocupações higienistas que caracterizavam a cidade moderna: reforma e demolição de áreas e edificações degradadas em condições sanitárias precárias, além da ampliação e redefinição dos limites da cidade (como no caso de Barcelona). No Brasil, foi o plano de Aarão Reis para a Capital de Minas (Bello Horizonte), na última década do século

que aplicou com maior clareza e sucesso os princípios hausmannianos, acrescidos de elementos barrocos como no plano de Washington D.C.

Em outras capitais estaduais, como Manaus e Belém, Rio de Janeiro e São Paulo, além de cidades médias como Santos, engenheiros engajados nos melhoramentos e reformas urbanas, como Saturnino de Brito, Pereira Passos (muito comparado a Haussmann) e Prestes Maia, entre outros, incorporaram e empregaram seus ensinamentos nas diversas que fizeram intervenções nas cidades brasileiras. No contexto urbano do capitalismo periférico, os problemas técnicos que ocupavam médicos e engenheiros sanitaristas ligados às recém implantadas escolas politécnicas não se confundiam com as questões arquitetônicas e estéticas que preocupavam os arquitetos das escolas de Belas Artes. Entretanto, alguns engenheiros locais foram também influenciados por arquitetos urbanistas europeus que valorizavam os aspectos artísticos das cidades, como Saturnino de Brito, influenciado por Camilo Sitte (Monteiro de Andrade, 1992).

De fato, as influências que se seguem no Brasil – e no mundo – a partir do século XX são extremamente variadas e múltiplas em seus princípios, ora privilegiando aspectos racionais da ação individual articulados com o sentido de progresso, como nas propostas de Le Corbusier, ora articulados com o resgate do sentido de comunidade e de cultura das cidades, como em Sitte e nas propostas de cidades-jardim de Ebenezer Howard. Além dessas duas correntes mais influentes, que Choay (2000) chamou ‘progressista’ e ‘culturalista’, outras podem ser identificados, como o ‘naturalismo’ norte-americano de Frank Lloyd Wright, herdeiro da tradição jeffersoniana, ou o ‘organicismo’ do biólogo Patrick Geddes.

No Brasil, em que pesem os impactos de várias dessas correntes urbanísticas, como a citada influência de Camilo Sitte, ou a influência das cidades-jardim, diretamente através de Ebenezer Howard ou indiretamente através de Unwin e Parker, não há dúvidas sobre a predominância da vertente progressista, capitaneada entre nós por Le Corbusier. Tanto na arquitetura moderna brasileira, consolidada nos anos trinta com o projeto do Ministério de Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, quanto no urbanismo progressista representado na nova capital federal construída ao final da década de cinquenta, essa corrente consolidou, no bojo de suas várias adaptações e redefinições, o sentido de modernidade que marcou o país no seu processo inicial de urbanização sob a égide da industrialização substitutiva de importações, período que se estendeu, com fases distintas, até o golpe militar de 1964